

# Um minipacote para cumprir metas

Governo eleva IOF e taxação de empresas para compensar atraso da nova CPMF e arrecadar 6,7 bi

Leandra Peres, James Allen  
e Roberto Cordeiro

BRAÍLIA

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem um minipacote fiscal para compensar o atraso na aprovação da nova CPMF de 0,38% e da contribuição de servidores inativos à Previdência pelo Congresso e garantir o cumprimento das metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A demora na aprovação da CPMF — que só deverá entrar em vigor em junho — e da contribuição dos inativos provocará perda de receita de R\$ 6,7 bilhões do total que o Governo havia estimado arrecadar em 99 com o pacote fiscal anunculado em outubro. Agora, a equipe econômica pretende arrecadar R\$ 2 bilhões impedindo que as empresas considerem como despesas os gastos que têm com juros de empréstimos; R\$ 1,9 bilhão com o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); R\$ 1,4 bilhão com a antecipação dos recursos da venda do Sistema Telebrás e R\$ 100 milhões com mudanças na tributação de carros importados. A compensação para o R\$ 1,3 bilhão restante ainda não foi detalhada pelo Governo, pois faz parte de um outro conjunto de medidas em estudo.

**Malan: temos como assegurar o resultado primário esperado**

— Essas medidas representam o compromisso inabalável do Governo Fernando Henrique com o cumprimento das metas do programa de estabilidade fiscal e mostram que temos mecanismos para assegurar o resultado primário esperado, apesar de avaliações não justificadas de que teríamos dificuldades por causa da rejeição da cobrança da contribuição dos inativos à Previdência e do atraso da entrada em vigor da CPMF — disse Malan.

Apesar de acreditar que o Congresso aprovará tanto a CPMF quanto a contribuição de inativos até março, e que a cobrança começará em julho, dispensando as medidas anunciadas ontem, a equipe econômica transformou a mudança na dedução dos juros pelas empresas em regra permanente. A medida afeta o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e vai render R\$ 4 bilhões ao ano. Mas como só começará a ser recolhida em julho, entrarão R\$ 2 bilhões no caixa do Tesouro em 99. Nos anos seguintes, o Governo poderá contar com esses recursos, ficando com uma arrecadação maior que a prevista.

— A medida não tem tempo determinado mas não quer dizer que seja definitiva. Dependerá das necessidades — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Até este ano, quando as empresas tomavam empréstimos podiam abater da CSLL o valor gasto com juros. Com a proibição, as despesas totais vão diminuir, o que fará com que a alíquota de 8% incida sobre valor mais alto, obrigando as empresas a pagarem mais imposto.

**Recursos da privatização já estão no BNDES e serão repassados ao Tesouro**

A antecipação de recursos da privatização da Telebrás será feita com o repasse para o Tesouro de R\$ 1,4 bilhão que já estão no caixa do BNDES. Esse dinheiro ingressou no país numa negociação com as empresas internacionais que venceram o leilão. O objetivo da operação, feita logo após a crise da Rússia, era aumentar a entrada de dólares no país. Os recursos só deveriam entrar nos cofres da União em agosto de 2000, quando venceria a última parcela da venda das empresas, mas o Governo resolveu antecipar a operação. A emenda constitucional que cria a nova CPMF estabelece que a alíquota de 0,38% vigorará por 12 meses. Como a cobrança só será possível, na melhor das hipóteses, em julho, acabará em julho de 2000. Assim, o Governo terá dinheiro sobrando no primeiro semestre daquele ano em relação às previsões iniciais. Por isso resolveu trazer parte das receitas para 1999.

— Nos primeiros seis meses do ano 2000, a CPMF deve render entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 2 bilhões, mas só estamos antecipando R\$ 1,4 bilhão, valor inferior ao que ganharemos com a CPMF — disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Roberto Stuckert Filho



O MINISTRO Malan, ao anunciar o minipacote: "As medidas representam o compromisso inabalável do Governo com o cumprimento das metas"